

Acerto lembra fórmula de Pastore

“A bola está na caçapa”, comemorou em Nova Iorque o então presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, na noite de sexta-feira, dia primeiro de fevereiro de 1985, quando chegou ao hotel Park Lane. Pastore, funcionário do último governo do regime militar, estava empenhado há meses na negociação para o reescalonamento de US\$ 45,3 bilhões do principal que venceria nos primeiros anos da Nova República.

O acordo montado por Pastore com os bancos credores acabou não sendo assinado pela Nova República. Em parte porque as novas autoridades brasileiras imaginavam conduzir de outra forma a questão da dívida externa e em parte porque os bancos credores cometeram o equívoco de não querer assinar com as autoridades do regime militar. O então presidente eleito

Tancredo Neves acompanhou, por meio de seu sobrinho Francisco Dornelles, tudo o que estava sendo negociado, e havia decidido cumprir o acordo.

A dívida — na proposta de Pastore — seria reescalada em 16 anos, com cinco anos de carência. Passaria a valer a taxa de juros londrina, a *libor*, e não a *prime rate*, americana, frequentemente dois pontos percentuais acima. O *spread* seria semelhante ao do acordo que acabava de ser assinado com o México, apesar de ser um pouco mais alto para a dívida do setor privado. Em uma entrevista concedida no ano passado, Pastore acusou a Nova República de ter deixado de economizar US\$ 1 bilhão só com a redução do *spread* que deixou de usufruir ao não fechar o acordo. O acordo de Pastore previa o monitoramento do FMI. Exatamente como fará agora a Nova República.